

IMIGRANTES SENEGALESES NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS: VIVÊNCIAS E ORALIDADE¹

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina*

Resumo

O devido artigo trata da integração dos Imigrantes Senegaleses junto à sociedade brasileira – mais especificamente na região norte do Rio Grande do Sul (Brasil) - tendo em vista sua relação junto as dimensões materiais e concepções das diretrizes dos Direitos Humanos. Nesse sentido, pretende-se demonstrar em que medida as políticas de imigração ameaçam a manutenção dos Direitos Humanos de indivíduos provenientes de países com histórico de dependência e intransigência aos Direitos Fundamentais Cíveis e Sociais em seu país de origem. Tal condição corrobora na análise entre as políticas de integração e negação aos Direitos Humanos. Ao longo dos últimos vinte anos, o Brasil adotou uma série de novas políticas voltadas à gestão dos movimentos transfronteiriços e aos imigrantes no Brasil, políticas estas que respondem não somente ao ativismo dos migrantes e seus aliados, mas também à estratégia da política externa brasileira.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Imigrantes Senegaleses; Oralidade.

Abstract

The article addresses the issue of the integration of Senegalese immigrants within the Brazilian society – specifically in the northern region of Rio Grande do Sul (Brazil) – considering the relationship with the material dimensions and setup of labor laws. In this sense, we intend to demonstrate the extent to which immigration policies threaten the maintenance of human rights of individuals from countries with a history of dependence and intransigence on Civil and Social Fundamental Rights in their country of origin. This condition supports the analysis of the integration policies and denial of Human Rights. Over the last twenty years, Brazil has adopted a number of new policies for the management of transboundary movements and immigrants in Brazil, these policies that respond not only to the activism of migrants and their allies, but also to the Brazilian foreign policy strategy.

Keywords: Human Rights; Senegalese immigrants; Orality.

* Docente Adjunta na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

1 O devido artigo é o desdobramento de outras duas produções: WENCZENOVICZ, T. J.; ESPIUCA, 2015, v. 1, p. 1-27 e WENCZENOVICZ, T. J.; LEYVA, P. 2015, v. 7, p. 40-58, 2015

Desde os primórdios da Humanidade o homem tem migrado por razões diversas e profundas. Migra-se por questões culturais, econômicas, políticas e sócio-religiosas em um processo de contínua de contatos e troca de experiências. Das grandes caravanas da Antiguidade Clássica até meados do século XIV os movimentos eram ordenados e regulamentados pelos países receptores. Posteriormente novos ordenamentos foram implantados visando ordenar e organizar o deslocamento humano.

Dos diversos movimentos econômicos e políticos, pode-se apontar que a globalização e o ultra liberalismo impulsionaram a mudança conceitual dos movimentos migratórios em grande parte dos continentes. A título de exemplo, cita-se a crise econômica da década de 1980 – momento de direcionamento dos fluxos migratórios da América do Sul para o Norte Global - principalmente para a Europa e Estados Unidos, no bojo da crise de 2008-2009 e de novas mudanças das rotas migratórias -, o Brasil e suas políticas desenvolvimentistas, assim como outros países sul-americanos, passaram a atrair novos imigrantes. Juntamente com o retorno de brasileiros, jovens profissionais europeus e norte-americanos foram atraídos pela oferta de trabalho em grandes projetos desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, o país passou a receber refugiados ambientais do Haiti, solicitantes de refúgio da África e do Oriente Médio, assim como contingentes da China, da África e de outros países do continente sul-americano à procura de uma vida melhor.

Nesse contexto, é possível constatar nos discursos do cotidiano e em alguns espaços acadêmicos, a afirmação de que o Brasil sempre foi considerado um país de fácil convivência entre os diferentes, inclusive no campo da integração. Entretanto, nos últi-

mos anos, à medida que a sociedade se torna cada vez mais plural em termos sócio-culturais e religiosos, paradoxalmente temos assistido a manifestações públicas de estigma, intolerância, preconceito e xenofobia.

O Brasil apresenta-se atualmente como um dos espaços de atração de imigrantes do Hemisfério Sul, segundo relatórios (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2009) da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Haitianos e bolivianos, vindos da América Latina, espanhóis e franceses da Europa, norte-americanos, dos Estados Unidos e ganeses e senegaleses provenientes da África são alguns dos exemplos de cidadãos que nos últimos anos vêm tentando se manter no Brasil. Em condições singulares os senegaleses adentraram no Brasil, em sua maioria por motivos econômicos – migração laboral.

Com uma área um pouco menor que o Estado do Paraná, o Senegal é um país que alcançou a independência apenas em 1960. A disputa europeia por colônias africanas dissolveu tribos, levou o conflito ao continente e, mesmo que hoje o Senegal esteja em “paz”, as marcas das interferências bélicas ou políticas são visíveis em muitos aspectos. Na soma dessas tramas históricas a economia foi alijada e por consequência não conseguiu absorver uma grande parte da mão de obra do país e a solução foi migrar.²

Os senegaleses caracterizam-se como os primeiros formuladores da nova rede imigratória que inseriu o Sul do Brasil na agenda internacional das migrações neste começo de século XXI. Destacam-se não pela sua expressividade numérica, mas sim por ou-

2 Segundo dados do Conselho Nacional de Imigração, em 2011 o Brasil concedeu 70.524 vistos de trabalho para estrangeiros. O número representa um aumento de 22% em relação a 2010.

tros fatores, tais como destaque midiático, grupo étnico, cor, visibilidade social, xenofobia, dentre outros. Trata-se de um *Brazilian dream* que está a ser construído e em processo concomitante de transformação do território, do espaço social, da economia e do próprio contexto migracional.

O artigo divide-se em quatro partes. A primeira aborda um breve panorama do cenário migracional no Brasil do século XXI em consonância a legislação nacional. A segunda parte apresenta um relato acerca da trajetória histórica do Senegal – país de origem do grupo analisado nesse estudo. A terceira parte traça um sucinto panorama dos senegaleses na região norte do Rio Grande do Sul e a última parte discorre sobre elementos de integração e a compreensão das dimensões materiais dos Direitos Humanos por parte dos imigrantes senegaleses residentes no norte do Rio Grande do Sul/Brasil. Consoante a bibliografia básica optou-se nesse trabalho pelo uso de metodologia oral temática. Foram entrevistados 10 imigrantes senegaleses que chegaram ao Brasil na condição de ‘trabalhador’ entre o ano de 2012 e 2013.

Imigrantes no Brasil e Legislação Nacional

Na atualidade, pode-se apontar que entre 800 mil e 1,2 milhão de estrangeiros vivem no Brasil. O número é considerado reduzido se levarmos em conta a dimensão total da população brasileira, mas a concentração de alguns grupos em cidades específicas vem contribuindo para uma maior visibilidade do tema migração na sociedade brasileira (IBGE, 2010).

As comunidades de bolivianos e chineses na cidade de São Paulo e os libaneses em Foz do Iguaçu- Estado do Paraná são alguns

casos emblemáticos. A “lei de estrangeiros” que regula a entrada e permanência de imigrantes no Brasil foi criada em 1980, ainda na vigência do regime ditatorial no Brasil e se insere na lógica da “segurança nacional” do período. A elaboração dessa lei se deu em um momento em que o regime militar estava particularmente descontente com a “interferência” de religiosos estrangeiros em assuntos considerados de foro interno e buscava um mecanismo que facilitasse a expulsão de estrangeiros envolvidos em atividades políticas no país (REIS, 2011).

A principal crítica das organizações que defendem os interesses dos imigrantes no Brasil diz respeito ao fato de que muitas das normas presentes na lei de 1980 estão em descompasso com as disposições relativas ao reconhecimento aos Direitos Humanos presentes na Constituição de 1988 (ACNUR et al., 2007). A inconsistência da legislação de 1980 é apontada como uma fragilidade das demandas do Estado brasileiro para tratar a questão dos imigrantes em negociações e fóruns bilaterais e multilaterais.

Os movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisadores do Brasil ao longo dos anos buscaram não apenas sensibilizar o Estado brasileiro para as demandas dos emigrantes estrangeiros, como também construir um consenso sobre a importância das mudanças na lei de imigração nacional e sua conexão com as necessidades dos brasileiros no exterior.

Em termos institucionais, a movimentação de pessoas através das fronteiras do Brasil envolve um conjunto variado de Ministérios e autarquias tais como: o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, entre outros. Em princípio, o órgão que coordena as ações dessas diversas instituições em relação à entrada de estrangeiros no Brasil é

o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), criado pela lei de 19 de agosto de 1980 e vinculado ao Ministério do Trabalho, e que tem por objetivo, entre outros, “formular a política de imigração”, “coordenar e orientar as atividades de imigração”, fazer um levantamento das necessidades do mercado de trabalho no Brasil, realizar estudos, coletar informações e “opinar sobre alteração de legislação relativa à imigração quando proposta por qualquer órgão do governo executivo” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1993).

O debate sobre a necessidade de transformar a legislação de estrangeiros caracteriza-se pela baixa repercussão no cenário variado dos interesses políticos. Em 2009, o governo encaminhou para o Congresso a proposta do Novo Estatuto dos Estrangeiros (PL 5.655/2009). Entre outras mudanças, a lei prevê a transformação do CNIg em Conselho Nacional de Migrações, estendendo formalmente sua competência a questões que dizem respeito à emigração de brasileiros.

Nessa assertiva, é importante destacar que três anistias foram realizadas no Brasil: a primeira em 1988, depois em 1998 e finalmente em 2009. Nesta última, 43 mil estrangeiros foram regularizados, entre os quais 17 mil bolivianos³ e mais de 4 mil paraguaios. Se, por um lado, as anistias demonstram a “boa vontade” oficial para lidar com a questão dos indocumentados⁴, por outro lado

3 Segundo dados do IBGE (2013), a **imigração boliviana no Brasil** é um movimento migratório ocorrido a partir do último quarto do século XX. É uma das maiores populações do 0,5% da população brasileira que é proveniente dos países da América do Sul, estando sua maioria localizada nos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. É o quinto maior grupo de imigrantes que vivem no Brasil, superados por americanos, japoneses, paraguaios e portugueses.

4 Os imigrantes indocumentados formam um grupo heterogêneo, geralmente tendo como características comuns à pobreza e um cotidiano à margem da sociedade no país de destino. Muitas vezes, por viver na clandestinidade ficam em si-

revelam a persistência do problema ao longo dos anos e a necessidade de uma política mais abrangente. Idealmente, com a implementação dos acordos de livre circulação e a nova legislação de estrangeiros, o número de indocumentados no país deve cair (REIS, 2011).

Breve história do Senegal

O Senegal é um país localizado na África Ocidental, banhado pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com a Gâmbia (incrustada em seu território), a Mauritânia, ao norte; o Mali, a leste; e a Guiné e Guiné-Bissau, ao sul. É também o país que se encontra mais próximo à ilha de Cabo Verde e possui como capital a cidade de Dacar, localizada no ponto mais a oeste do país (KALY, 2006).

Sabe-se que a dignidade de um ser humano começa pelo reconhecimento de sua pertença a espécie. A história das pessoas envolvidas como agentes desta pesquisa se inicia em quatro cidades senegalesas: Dakar, Thiès, Louga e Diourbel. Todos pertencem ao grupo étnico Wolf, também conhecidos como olofe ou jolofos. Entre os Wolf se conta nas festas tradicionais uma lenda que sinaliza como começou o império Wolf ou Djofolo.⁵

A lenda do Ndiadiane Ndiaye começa com uma disputa sobre a madeira perto de um lago importante. Isso quase levou ao derramamento de sangue entre os governantes, mas foi interrompido pela miste-

tução vulnerável, privados de seus direitos humanos e expostos à exploração social. Aqueles que trabalham são expostos a péssimas condições de trabalho, em locais sem uma estrutura adequada de saúde e higiene, jornadas de trabalho extensas e baixa remuneração. Além disso, o imigrante não procura defender os seus direitos e se sujeita à exploração e à exclusão pelo receio de ser penalizado por sua situação irregular, o que levaria à deportação.

5 Dados obtidos com base nos depoimento orais. Erechim, 2015.

riosa aparição de um estranho no lago. O estranho dividiu a madeira de forma justa e desapareceu, deixando as pessoas em reverência. As pessoas, então, fingiram uma segunda disputa e sequestraram o estranho quando ele voltou. Ofereceram-lhe a realeza de sua terra e convenceu-o a fazê-lo e tornar-se mortal, oferecendo-lhe uma bela mulher para casar. Quando esses eventos foram relatados para o governante do Sine, também um grande mágico, ele exclamado “Ndiadiane Ndiaye” que na língua de sua terra natal é uma expressão de espanto. O governante do Reino de Sine (Maad um Sinig Maysa Wali) sugeriu, então, que todos os governantes entre o rio Senegal e a Gâmbia submeter-se voluntariamente a este homem [...] (SILVA, 2005, p. 37).

Com base nessa lenda pode-se analisar no projeto de interpretação de Alberto da Costa e Silva (2005), que propõe como uma das formas de origens dos reinos africanos a intervenção de um árbitro estrangeiro para a solução de certos conflitos entre clãs e pequenos reinos. Resolvido o conflito o “interventor” muitas vezes se estabelecia como príncipe e criava uma lenda ideologizante que lhe permitia exercer o governo. Fora do domínio das lendas e das epopeias declamadas pelos griôs (historiadores-poetas) não se tem outras fontes históricas antigas do próprio grupo étnico Wolf.

As primeiras informações escritas de uma forma mais detalhada sobre o território e a experiência histórica dos Wolf, e de Senegal em sentido geral, foram oferecidas por autores árabes, alguns geógrafos acompanhados de historiadores e outros viajantes que por lá passaram por motivos políticos, religiosos e comerciais. Os mais conhecidos são al-Masudi de Bagdad/957, al-Bakri de Espanha/1068 al-Idrisi de Sicília/ 1154, Abd al-Hassan Ali ibn Omar 1230, Ibn Said

al-Maghribi 1274 e Abulfeda 1331. Os árabes relacionavam os Wolof com três elementos fundamentais, a saber: o império de Mali, o rio Senegal e o ouro da região – enquadradas nas dimensões política, geográfica e econômica. O rio Senegal foi representado pelo quesito étnico, “cor de pele”, e economicamente sobre os títulos “rio dos negros”, “Nilo ocidental” e “rio do ouro”. São os árabes que introduzem o conceito de “negros” para referir-se os Wolf e o rio Senegal. Os povos e reinos africanos eram identificados entre eles mesmos pelos nomes étnicos (sereres, malinkes, Wolf), nunca pela cor da pele ou alguma característica biológica (GIORDANI, 1985, Cap. I).

Antes do império de Mali, as comunidades Wolf haviam se estabelecido na região formando estruturas políticas e produzindo elementos de caracterização cultural materializados através de objetos artísticos em madeira, ouro e terracotas. Desde sua instalação na bacia hidrográfica do rio Senegal os Wolf foram identificados pelos seus utensílios e instrumentos de guerra, bem como o trabalho em ferro. Esse grupo é apontado pelas pesquisas arqueológicas com destaque em menção e reconhecimento também aos megalíticos e as grandes estruturas arquitetônicas, reafirmando a complexidade social e o expressivo controle sobre a força da natureza e o pertencimento coletivo enquanto estrutura sócio-cultural.

No entanto, os variados reinos que ocuparam a região, acrescidos às construções árabes e a expressiva atividade comercial justificaram a pujança do Império de Mali. Por um laço de tempo Tekrur, como representação de toda a zona do atual Senegal, em sua posição de vassala, enviava para o Império de Mali impostos na forma de ouro -em-pó e homens para a guerra, para administração e também para alimentar o tráfico

de escravizados transahariano em direção ao mundo árabe-muçulmano. Quando o Império de Mali se desestruturou, Tekrur e os pequenos reinos Wolf do interior alcançaram sua independência e criaram um império que durou (1360-1890) até a chegada dos europeus, que se instalaram na costa e foram evoluindo através das trocas comerciais ligadas ao tráfico humano do Atlântico até a dominação colonialista do território em 1890 (SILVA, 2005).

Assim como as fontes árabes, os europeus têm notícias do que veio ser o Senegal atual desde longa data. Foi chamado *Bambotus* por Plínio, o Velho e *Nias* por Cláudio Ptolomeu e provavelmente foi visitado por Hanno o cartaginês em torno de 450 a.C. Em 1300 d.C aparece o rio Senegal no mapa mundi de Hereford sob rotulo *Nilus Fluvius* com seu curso paralelo ao Atlântico. Neste mapa é possível observar um desenho de uma formiga gigante desenterrando ouro em pó e sobre o desenho a nota “Hic grandes formice auream serican arenas”. No Atlas Medici-Laurentiano de 1351, e em outros mapas como os de Pietro Vesconte para o atlas de Marino Sanuto, (c.1320), Giovanni da Carignano (1310s-20s), a carta de 1367 de Domenico e Francesco Pizzigano é uma constante as frases “Ilic coligitur aureaum”, “iste fluvis exit de nilo ubi multum aurum repperitur” e outras apontando para Senegal como “o rio de ouro” ou “o país do ouro”. (IBAZEBO, 1998, 8). Em outras palavras, o Senegal tanto para os árabes como para os europeus representava uma zona de abundante riqueza e grande possibilidade de explorar matérias-primas e metais preciosos - confirmada posteriormente nos relatos dos portugueses (IBAZEBO, 1998, 8-10).

Entre 1444 e 1510 os portugueses têm contato com os Wolf e fazem uma densa descrição acerca da realidade sócio-política

e cultural, apontando a divisão hierarquizada da sociedade entre nobreza, camponeses, escravizados e diferentes castas de ferreiros, curtidores, músicos, griôs e joalheiros. As mulheres tinham certo destaque, por exemplo, havia em todos os reinos um conselho de juízas para cuidar dos casos que envolviam mulheres e a rainha-mãe possuía fazendas e aldeias subordinadas a ela diretamente, ademais de influenciar de forma efetiva na política do filho rei. Nos séculos XVII à XVIII e até metade do século XIX aconteceu praticamente uma guerra pelo controle das margens do Senegal por parte das potências europeias, como descrito por Mamadou Alpha Diallo (2011, p.30).

No plano histórico, apesar da chegada dos primeiros europeus (portugueses) em Dakar e Gorée no século XV pode ser tomado como ponto de referência ou de partida da atual República do Senegal a fundação da cidade de Saint Louis que serviu de ponto comercial até a abolição da escravidão pela França em 1638 que marca o início da colônia do Senegal. Os franceses procuram consolidar suas posições nesta parte do continente e para tanto tiveram que expulsar os holandeses instalados na Ilha de Gorée que era um dos grandes portos da escravidão em 1677.

Os portugueses que tinham várias estações em diferentes lugares do rio Senegal no século XV e XVI se defrontaram sucessivamente com os holandeses, franceses e britânicos. Em 1659 os franceses implantaram uma colônia na Ilha de Gorée tornando-a um entreposto que serviu ao tráfico negreiro. Os britânicos por breves tempos se apoderaram também de algumas áreas no Senegal, quando em 1840 o poder francês foi reconhecido pelas demais potências e em 1895 é integrado como parte da África Ocidental Francesa (KOK, 1997, 21).

Faz-se necessário sublinhar que os reinos e império dos senegaleses, segundo Thorton (2004), não foram obrigados pela força a entrar no tráfico Atlântico. Os senegaleses como outras grandesas políticas africanas possuíam estruturas sociais, econômicas e uma elaborada cultura capaz de lutar contra os europeus. O tráfico, segundo Thorton, foi uma negociação comercial, onde os africanos entraram como competidores muitas vezes habilidosos impondo valores e mercadorias. Os reinos do Senegal eram autosuficientes na produção de tecidos, alimentos e instrumentos de ferro. Pelas leis vigentes estavam definidos os contratos de deveres e direitos do tráfico humano, especialmente do sahariano. E militarmente o Império Djolof chegou ter 100.000 na infantaria e 10.000 na cavalaria para enfrentar os portugueses, holandeses e os franceses por dois séculos.

Autores como Lovejoy (2002) entendem que a presença dos europeus e a introdução do tráfico em larga escala transformaram definitivamente as instituições sociais e econômicas no Senegal deixando a região orientada para guerra e para o comércio dos recursos humanos como mão-de-obra para o novo mundo. Um contraponto que pode ser traçado é o fato que o tráfico transaariano em oito séculos havia tirado de toda África uns seis ou sete milhões de pessoas; enquanto, que em quatro séculos o tráfico Atlântico chegou aos vinte milhões conforme DuBois, acrescem da análise de Mamadou Alpha Diallo (2011, p. 43).

Depois de ter vencido os impérios e antigos reinos, o colonizador dividiu o espaço africano, apagando assim os espaços unificados das organizações geopolíticas pré-coloniais. Ou seja, as potências coloniais remodelaram o mapa geopolítico tanto das hegemonias muçulmanas quanto dos Esta-

dos animistas como os da Casamance. A eliminação dos chefes tradicionais ou mesmo a cooptação dos mesmos pela colonização contribuiu para a desintegração das construções sociopolíticas que era à base da coesão das entidades tradicionais. Em outro, a colonização por cooptação e a imposição cria uma nova hierarquia social e uma nova estrutura social que será e a base da formação das futuras elites dirigentes dos Estados africanos pós-coloniais ou modernos.

Como apontado, apesar de já ter sido ocupado por tribos antigas, por grupos tribais convertidos ao islamismo e também por portugueses, a colonização do território que hoje corresponde ao Senegal ocorreu a partir do século XVII pela França. O país, aliás, foi a única das colônias francesas a ter os seus cidadãos reconhecidos como cidadãos da França, fato que ocorreu logo após a Revolução Francesa em conjunto com a abolição da escravatura. Em 1960, o país, conseguiu a sua independência após a realização de lutas separatistas que ocorriam desde o século XIX.

No ano de 1982, o Senegal – que havia adotado um sistema econômico e político auto intitulado “socialismo islâmico” – decidiu pela união com a Gâmbia, haja vista que, juntos, os países formam uma única área, sendo o território senegalês o único a fazer fronteira com esse país. Assim, formou-se a *Senegâmbia*, que, no entanto, foi dissolvida em 1989 após divergências políticas entre as lideranças dos dois países. Razões que reforçaram a saída de milhares de homens e mulheres para a condição de imigrante e refugiado.

A cidade mais populosa de Senegal é a capital, Dacar, com cerca de 2,2 milhões de pessoas e as etnias predominantes são os *jalofos*, os *serer*, os *fulas*, os *tukulor*, os *diolas* e os *mandingas*, enquanto a religião mais pro-

fessada é o islamismo, que agrega cerca de 87% da população. Por encontrar-se em uma região muito próxima ao mar, as altitudes locais não são muito elevadas, com um relevo formado por uma grande e extensa planície que conta com as savanas como vegetação superficial. Os rios principais que abastecem a região são o Senegal, o Gâmbia e o Casamansa, que agrupam as principais bacias hidrográficas locais, segundo nos mostra o mapa abaixo (SOUZA, 2007, p. 21-30).

O clima de Senegal é o semi-árido, principalmente nas porções setentrionais de seu território, o que indica a baixa influência da maritimidade em suas temperaturas e variações térmicas ao longo do ano. O país integra o chamado *Sahel africano*, com uma estação seca prolongada e chuvas irregulares e má distribuídas ao longo do ano, tanto é que as Savanas concentram-se mais ao sul do território, onde costuma chover um pouco mais (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015).

Segundo Sanou Mbaye (2009), o Senegal⁶ é considerado um país relativamente industrializado, embora a sua produção industrial corresponda a 22,7% do PIB, à frente da agricultura, com 15%, e atrás do setor terciário, com 61,9%. Os principais produtos agrícolas são o amendoim, o tabaco, a cana-de-açúcar, o sorgo e o tomate, enquanto a indústria destaca-se nas práticas de processamento de minerais e na produção de fertilizantes. Há ainda que se destacar o papel da pesca na economia, que encontra um amplo mercado exportador nos países da União Europeia. Entretanto, a exclusão e sub-trabalho presente na conjuntura econômica e política fazem

com que diversos grupos humanos se desloquem na condição de imigrantes a Europa e Américas.

Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: olhares reflexivos

Como apontado, os homens e mulheres que se deslocaram para o Brasil Meridional - Norte de Rio Grande do Sul, especialmente para Erechim são originários de quatro cidades senegalesas: Dakar, Thiès, Louga e Diourbel. Sua pertença étnica é a Wolf, que são o 44% da população de Senegal. Os outros 56% estão distribuídos em seis grupos étnicos: fulani 23%, sereres 15%, diola 6%, malinke ou malinke (malinqueses 5%); além de diversos pequenos grupos (somatica, franceses, libaneses, etc). A população geral é de 9,8 milhões.⁷

As cidades senegalesas de Dakar, Thiès, Louga e Diourbel têm características que são gerais para todo o território de Senegal, mas por ser cidades com certa proximidades a capital Dakar adquirem o agravante das multidões nos subúrbios. A vida nos bairros destas grandes cidades dificulta o emprego, o acesso a saúde e a educação. Segundo um estudo feito sobre educação para Dakar e Diourbel revela-se que:

Os mais baixos índices educacionais são registados em Diourbel, Tambacounda e Louga, com a escolarização inferior a 35%. A outra extremidade que constituem Dakar e Ziguinchor está distante com os índices que chegam perto dos 90%. Existem disparidades entre os meninos e as meninas que são mais ou menos marcantes segundo a região considerada. O índice de escolarização das

6 A população de Senegal, segundo dados de 2014 das Nações Unidas, é de 14,54 milhões de pessoas, que se distribuem em uma área de 196.720 km², o que perfaz uma densidade demográfica de 73,9 habitantes por quilômetro quadrado.

7 O fluxo migratório atual de africanos para o Brasil foi estimulado pela “lei da anistia” e evidencia a presença deste país num processo macroestrutural de reestruturação produtiva internacional.

meninas é fraco, representa apenas 40% do total. Além disso, 47% da população com idade entre os 0 e os 15 anos é deixada de lado. O efetivo do ensino elementar passou de 611.000 alunos em 1986/87 para 738.500 em 1992/93 (índice de crescimento de 5%), mas ao mesmo tempo, o índice de aprovação no exame de ingresso ao secundário está estagnado em 20% (PROBLEMAS, On-line, 2013).

Segundo dados da UNESCO (2013), a educação no Senegal é um direito fragilizado enquanto política pública. Acessibilidade, falta de material didático e carência de professores dificultam e impedem que parte da população tenha acesso aos níveis básicos de escolaridade.

Sem acesso a escola Básica pode-se concluir de imediato que essa condição também limita o acesso à educação de nível superior e, por consequência impulsiona a exclusão do mercado de trabalho. O domínio do segundo idioma – geralmente francês – deve-se pelo processo de ocupação e colonização e balizado pelo ordenamento econômico. Sabe-se que o capital transnacional é dominado em sua maioria pelo capital francês⁸, reafirman-

do a necessidade de domínio da língua francesa para inserir-se no mundo do trabalho em muitas áreas. Essa exigência corrobora com o processo de marginalização econômica de milhares de cidadãos, pois exigem que os funcionários escrevam e leiam em francês para um maior controle e produtividades em vários segmentos, e também serve para o controle sócio-cultural. As atividades produtivas para “analfabetos” da língua francesa estão destinados aos trabalhos mais penosos, geralmente nas fábricas e indústrias e de menor remuneração salarial (MBAYE, 2009).

Por outro lado, existe nos subúrbios uma feminização da pobreza que atinge grande parte da população, pois 52% da população são mulheres e estas vivem no regime de poligamia, como explica uma equipe do grupo de Pesquisa Demográfica e de Saúde (EDS, 1998\7), que afirma que 45,5% das mulheres são casadas em regime de poligamia. O problema da poligamia como elemento agravante para a pobreza consiste em que uma imensa maioria dos homens estão desempregados, e por lei eles devem providenciar uma casa e alimento para as esposas, mas também existe uma concessão da lei que lhe permite deixar as mulheres na casa dos pais até encontrar as condições. Com essa situação muitas mulheres têm que cuidar dos filhos e da economia da casa assumindo todas as responsabilidades da família e levando pelo menos 30% dos núcleos familiares a um profundo nível de pobreza. Mesmo que os organismos internacionais, como a ONU e ONGs de todo o mundo tenham diversos programas de ajuda solidária, pouco auxiliam porque o dinheiro que chega para estas mulheres com o objetivo de empreender microempresas é absorvido pelas necessidades primárias.

as políticas draconianas de crédito e tomar o caminho da integração regional.

8 Segundo o economista senegalês Ely Madiodio Fall, o setor privado está inteiramente nas mãos de grupos franceses como: Bolloré, Bouygues, Total, France Telecom, Societé Générale, BNP-Paribas, Air France, etc. Além disso, as políticas cambiais e de crédito, tão cruciais para o desenvolvimento, estão relacionadas com a França por meio dos mecanismos da zona do franco. Contra o depósito de 50% das reservas cambiais dos países membros numa conta do Tesouro francês, o franco CFA é conversível e indexado ao euro a uma taxa de câmbio fixa sobrevalorizada, enquanto todas as outras moedas do continente têm câmbio flutuante. A conversibilidade permite às empresas francesas e às classes dominantes transferir livremente as fortunas que acumulam por estarem protegidas contra qualquer desvalorização da moeda. Além disso, a valorização do euro em relação ao dólar arruína as economias dos países da zona do franco. No entanto, reformas seriam necessárias a citar como: atrelar o franco CFA a uma cesta de moedas locais, acabar com a taxa de câmbio fixa e com a conversibilidade, amenizar

Acrescido a esse cenário, pode-se citar que o setor agrícola, que emprega 60% dos ativos (2013), apresenta uma das menores produtividades. O crescimento médio anual da produção (1,2%) é insuficiente para atender às necessidades de uma população que aumenta 2,5% ao ano. Apesar do domínio das águas do rio Senegal – graças às duas barragens de Diama e Manantali –, propício para a expansão das culturas, o país importa quatro quintos do arroz que consome. O economista e escritor senegalês Sanou Mbaye acrescenta:

Os veios de água doce subterrâneos nos arredores de Dakar são objeto de uma exploração mínima e arcaica para a produção de frutas e legumes. Pior, deixou-se que as populações, pressionadas pela falta de moradia, construíssem casas em terras passíveis de inundação. Quanto aos recursos pesqueiros, eles estão ficando mais pobres por força da superexploração, particularmente por parte dos países da União Europeia. Nenhuma política foi colocada em prática nem para renegociar os contratos leoninos que o Senegal assinou, nem para repor os estoques por meio da aplicação de um programa de recuperação. [...] A pecuária sofre com as mesmas deficiências. O gado apresentaria um imenso potencial se um plano específico tivesse sido introduzido para a melhoria das raças e o aumento da produtividade. Por exemplo, um programa de inseminação, de fornecimento de alimentos adequados e cuidados veterinários contribuiria para um aumento significativo na produção de carne e leite. O país importa tais bens a preços exorbitantes (MBAYE, 2013, p. 14)

Sendo assim, pode-se resumir que os homens e as mulheres que chegam ao Norte de Rio Grande do Sul são produto não de uma imaginada e pretensa cultura de migração, mas por um elemento decisivo: a falta de

trabalho com remuneração adequada, doenças, fome⁹ e exclusões diversas colocando em prova inclusive a dignidade da pessoa humana. A inexistência de empregos somados a negação dos Direitos Fundamentais Cíveis e Sociais acrescidos aos dilemas da herança colonial – resultou na desestruturação das organizações tradicionais que de certa forma mantinham garantidos os direitos humanos básicos, assim como o neocolonialismo de perfil econômico e financeiro que estão submetidas especificamente as cidades Dakar, Thiès, Louga e Diourbel, e Senegal em geral, cria as condições favoráveis para uma emigração de grande escala e de longa distância.¹⁰

Senegaleses, Cotidiano e Direitos Humanos

Dados obtidos em órgãos públicos apontam a presença de 380 africanos distribuídos na região do Alto Uruguai – norte e planalto do Rio Grande do Sul/Brasil, principalmente residindo nas cidades de Passo Fundo, Getúlio Vargas e Erechim (vide Mapa). Este dado foi confirmado pela secretaria de relações étnica de Passo Fundo e pela Polícia Federal em depoimento ao Jornal Zero

9 De acordo com o PMA, a insegurança alimentar ainda é elevada em muitas regiões do Senegal, especialmente na área de Ziguinchor, afetada por conflitos, o que perturba a produção local e a capacidade dos agricultores para fortalecer sua produção e investir na comercialização. Em geral, a situação da segurança nutricional na parte sul do país se agravou, e o país como um todo enfrenta um déficit alimentar, mesmo sendo um grande produtor de commodities na África Ocidental.

10 De acordo com o Banco Mundial, 46,7% dos senegaleses vivem abaixo da linha de pobreza nacional. A desnutrição e a mortalidade infantil caíram, e são mais baixos se comparado com outros países da região, mas a expectativa de vida não ultrapassa os 60 anos. O país figura no 154º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, com 0,47.

Hora, em reportagem de Leandro Becker (2013).

A região em estudo recebe a denominação de Região Alto Uruguai (RAU) e é composta por 31 municípios, sendo eles: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamim Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos,

São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

Localizado a Norte do Rio Grande do Sul, na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense entre as coordenadas geográficas $27^{\circ}12'59''$ e $28^{\circ}00'47''$ de latitude Sul e $52^{\circ}42'12''$ e $51^{\circ}49'34''$ de Longitude Oeste. Compreende uma área total de 5.916,28 Km², com uma relativa diferença da geomorfologia do relevo entre a divisa com o rio Uruguai e mais ao sul desta área.

A figura a seguir evidencia a área de estudo e a localização geográfica da mesma no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Mapa da localização dos municípios da região do Alto Uruguai, RS.



Fonte: Laboratório de geoprocessamento e Planejamento Ambiental – URI/Campus de Erechim, 2008.

Na cidade de Erechim, além dos senegaleses há um pequeno grupo de Gana e, alguns angolanos que se apresentam como opção de mão-de-obra a construção civil

esporadicamente. Em 2013, o grupo de senegaleses que residiam em Erechim totalizava mais de cinco dezenas de indivíduos e dentre eles 28 frequentavam a Escola Básica

numa parceria Poder Público e uma Congregação Religiosa Anglicana – sendo 27 por cento do sexo masculino e um feminino. A faixa etária desse grupo de estudantes oscila entre 35 e 25 anos de idade. Enquanto a laborabilidade, desse total 90% estão vinculados a empresas de construção civil e metal mecânico, enquanto os 10% restantes atuam como vendedores de adornos e bijuterias na região central da cidade – atuam na informalidade laboral (SMED, Coordenação Pedagógica, 2013).¹¹

Sabe-se que ao possibilitar a construção da identidade de quem conta e de quem ouve a história oral traz elementos reais e subjetivos, bem como inclui na pesquisa elementos locais. No caso dos depoentes imigrantes senegaleses¹², esses apontam quanto questionados sobre os estímulos a sua vinda ao Brasil principalmente à carência de empregos, à ocupação desordenada do espaço e à pouca escolaridade em seu país de origem como elemento segregador e impulso a busca de nova pátria.

Se narrar é resistir, como escreveu Guimarães Rosa em *Primeiras Histórias* (1972), o depoimento desses homens que se lançaram a própria sorte de um continente a outro serve como elemento central para a elaboração das primeiras análises desses novos cidadãos que circulam em espaço cultural tão distante de suas realidades de origem – África. Os motivos da imigração, os desejos e as perspectivas para o futuro também foram lembrados em todas as entrevistas.

Segundo Tedesco (2012), em termos econômicos, os senegaleses apresentam comportamento empreendedor, assumindo

riscos, comercializando bijuterias e aceitando empregos temporários para formar fundos e realizar projetos de vida (“constituir meu próprio empreendimento no Senegal”, “sustentar família no Senegal”). O fluxo de remessas financeiras e o desenvolvimento de competências dos que passaram por Erechim e Passo Fundo confirmam essa perspectiva.

Dentre suas inserções na comunidade local e regional já virou rotina vê-los circulando pelas ruas da cidade. Enquanto inserção no espaço coletivo existem algumas ações já efetivadas no quesito Educação e Saúde. A primeira insta do aspecto educacional: os mesmos frequentam aulas no turno da noite junto ao Programa de Alfabetização (Língua Portuguesa) como uma forma de garantir melhor integração a sociedade nacional. A ação é desenvolvida em uma ação integradora entre o Poder Público Municipal (Secretaria de Educação) e a Congregação Religiosa Anglicana, através da Faculdade Anglicana de Erechim (Setor integração internacional).

Nessa parceria a Secretaria Municipal de Educação fornece as educadoras, o aporte pedagógico e o acompanhamento legal do Curso. Já a Faculdade Anglicana responsabiliza-se pelo fornecimento do espaço físico como: sala de aula, biblioteca e laboratório de informática. Todo o curso é ofertado de forma gratuita – bastando ao aluno apenas a frequência as aulas. Essas ocorrem de segunda a quinta-feira no turno da noite – 19:00 às 22:15 – com intervalo para uma pequena alimentação.

A possibilidade de alfabetizar-se na língua portuguesa também estende para outros benefícios para garantir a acessibilidade e permanência ao direito de Educação: alimentação no período entre-aulas, vale-transporte e material didático. Nesse exem-

11 Dados obtidos pela pesquisadora Thaís Janaina Wenczenovicz através de pesquisa de campo junto a Secretaria Municipal de Educação de Erechim e a Faculdade Anglicana, 2014. Erechim/RS - Brasil.

12 Foram entrevistados 10 depoentes do sexo masculino com faixa etária de 24 a 39 anos.

plo podemos indicar a afeição e responsabilidade do Estado acolhedor na tentativa de efetivar mecanismos de fruição dos Direitos Fundamentais Cíveis e ou Sociais.

Quando o grupo foi questionado frente ao conhecimento de seus Direitos, mais especialmente aos Direitos Humanos e Fundamentais a maioria assinalou que conhecem alguns, mas encontram-se distantes de sua efetivação. Dentre os mais lembrados citam a não violência física e o direito de ir e vir a qual podem desfrutar no Brasil.

No quesito acesso a Educação, Saúde e Segurança afirmam desconhecerem seus direitos, porém avaliam que esse desconhecimento deve-se ao fato de não procurarem acompanhar 'as leis' locais. A título de exemplo pode-se citar a resistência que os mesmos possuem para acessar a espaços hospitalares ou de saúde pública mesmo quando o necessitam.

Os imigrantes provocam algumas situações novas, interesses e dúvidas em razão de suas presenças, instituem redes informais de (entre)ajuda e consolidam uma dinâmica que integra e identifica a migração de senegaleses no Brasil. Vários entrevistados informaram que acabam chamando a atenção de moradores pelas suas vestimentas, por andarem em grupo na rua, pela venda de objetos ou devido as concentrações em alguns espaços específicos da cidade (praças públicas) para desenvolverem algumas atividades de lazer e recreação. Também é possível constatar que alguns adentraram ao ecletismo religioso tão bem propalado no Brasil: tornaram-se adeptos de Igrejas neopentecostais.

Em relação aos aspectos culturais, os senegaleses conservam os hábitos religiosos, alimentares e de convivência em grupos. Entre eles, além da cordialidade e espontaneidade, é conservada a hierarquia familiar.

Nesse aspecto, é possível sinalizar que os mesmos aderem a integração junto à comunidade regional fora do âmbito pragmático do trabalho. Sentem, sim, o estranhamento mesclado com curiosidade pelos que os cercam e os vêem.

No aspecto cultura é possível perceber que, praticamente, se utilizam dos espaços livres dos dias e ou dos finais de semana - em momentos que não estão trabalhando para telefonarem aos amigos e familiares no Senegal e no Brasil, assistirem televisão e escutarem música. A ausência de contato com a comunidade produz distanciamento, indiferença e ausência de fatores integrativos e de sociabilidade. Beccegato (1995) e Sayad (2008) colocam que não basta simplesmente adquirir algumas informações sobre usos, costumes ou aprender línguas estrangeiras para se fazer intercultural; deve-se adentrar, sim, para as problemáticas cognitivas, afetivas, sociais, desenvolver um pensamento aberto, flexível, inclusivo, que valorize os comportamentos reconhecidos no diálogo e no encontro. As identidades e identificações produzidas no interior das sociedades hospedeiras se (re) constroem pelos autóctones e estrangeiros também a partir de referenciais simbólicos (MEIHY; BELLINO, 2008).

Conclusão

Trazer o tema das migrações e deslocamentos humanos, mais especificamente o grupo social dos imigrantes senegaleses significa adentrar em temática de complexa compreensão. Esse não é um processo fácil. Pelo contrário, é carregado de contradições, desentendimentos e tensões, que envolvem interesses estatais distintos e pressões de diversos grupos sociais e políticos atingidos mais ou menos diretamente pelas migrações, sobretudo nas zonas de fronteira.

As contradições vão desde o abrandamento na legislação do Estado Brasileiro combinados com os anseios governamentais no plano internacional, aos anseios econômicos e laborais - acrescido as características facilitadoras como: a cultura, a economia, a geografia e até mesmo burocracia que impulsionam a chegada de centenas de homens e mulheres no Brasil

Também é importante analisar as políticas voltadas para a circulação de pessoas não apenas de forma isolada, mas em conjunto com outras ações e temas relacionados à chegada de centenas e centenas de homens em busca da dignidade humana. Fome, guerras civis e demais ordenamentos devem acompanhar os debates para aprofundar a avaliação sobre a política brasileira para com os imigrantes. Em consonância ao grupo analisado, mantemo-nos na condição de espectadores sociais e aguardando quais serão os resultados de médio e longo prazo da ratificação dos acordos de livre circulação entre os países do Mercosul, UNILA e demais blocos. Como também é aguardada a aprovação da nova legislação de estrangeiros, que é um passo fundamental na direção de uma política de respeito aos Direitos Humanos dos imigrantes.

Finalmente, precisamos estar atentos ao recrudescimento de manifestações xenóforas e do preconceito contra estrangeiros, sobretudo africanos e asiáticos nas cidades onde a sua presença se tornou mais visível. Em São Paulo e em outros Estados do Sul e Sudeste, são frequentes os relatos de extorsão, discriminação na escola, péssimas condições de trabalho e discriminação no acesso a serviços públicos. É necessário ter em mente que, mantido o atual processo de crescimento econômico e considerando o desenrolar do processo de integração regional, a tendência é que a imigração para o

Brasil só venha a crescer nos próximos anos, de modo que um marco legislativo e institucional adequado para lidar com as migrações internacionais é, mais do que nunca, fundamental. Do ponto de vista humanitário, por uma questão de reconhecimento aos Direitos Humanos dos imigrantes; do ponto de vista doméstico, para evitar o surgimento de problemas sociais e políticos de maiores proporções e de solução mais complexa; e, finalmente, do ponto de vista da política externa, porque o tema da gestão das migrações internacionais é e continuará sendo central no plano das relações internacionais a médio prazo.

Referências

ACNUR; IMDH; CDHM. **Políticas públicas para as migrações Internacionais**. Migrantes e refugiados. 2 ed. revista e atualizada. Brasília: ACNUR; IMDH; CDHM, 2007.

BAEZ, Narciso Leandro Xavier; LEAL, Rogério Gesta; MEZZARROBA, Orides (Coords.). **Dimensões Materiais e eficácias dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Conceito Editorial: 2010.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira/USP, 1985.

BRASIL. Decreto n. 6.893/2009. Regulamenta a lei n. 11.961, de 2 de julho de 2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jul. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas**. Brasília: Coordenação Geral de Imigração, 2011.

CMMI. Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação. **Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais**. Trad. da Fundação Calouste Gulbenkian. Brasília, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. Aspectos da Formação Social Brasileira como

Processo de Amalgamento de Raças e Culturas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

KALY, Alain. **Leopold Sedar Senghor e a construção do Estado Nação senegalês**. Florianópolis: UFSC, 2006.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra -I**. Paris: Publicações Europa-América, 1972.

_____. **Historia del Africa negra-II**. Del siglo XIX a la época actual. Madrid: Europa-América, 1972.

KOK, Glória Porto. **A escravidão no Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1997.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da África anterior aos descobrimentos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985

IBAZEBO, Isimeme. **Explorando a África**. Trad.: Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1998.

LABALETTE, François. "Em busca do eldorado africano". In: **Revista História Viva**, Editora Duetto, nº 79.

LOVEJOY, Paulo. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. São Paulo: Record, 2002.

MAMADOU, Alfa Diallo. **A construção do Estado no Senegal e integração na África Ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional**. (Dissertação) Mestrado em Ciências Política. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MBAYE, Sanou. **L'Afrique au secours de l'Afrique**. Paris: Editions de l'Atelier, Ivry-sur-Seine, 2009.

MEIHY, J. C. S.; BELLINO, R. R. **O estado dos imigrantes: o 28º estado brasileiro - um mercado de US\$ 50 bilhões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MULLER, Ana Luiza. **A Construção das Polí-**

ticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: O Caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Global, 2009.

REIS, Rossana Rocha. **Políticas de imigração nos Estados Unidos e na França**. São Paulo: Hucitec, 2007.

ROSA, J. G. **Primeiras Estórias**. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

SILVA, Alberto da Costa e. **A Enxada e a Lança**. A África Antes Dos Portugueses - 5ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

TEDESCO, João Carlos e GRYBOWSKI, Denise. **Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul**. Rev. bras. estud. popul. vol.30 no.1 São Paulo Jan./June 2013.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001.

THORTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400 – 1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa. **(Dissertação) Mestrado em Geografia**: Instituto de Geociências - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre, 2015.

Fontes Eletrônicas

ALPHA DIALLO, Mamadou. **A construção do estado no Senegal e integração na África ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional**. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/>. Acesso 13 outubro 2015.

ASNOM. **French West Africa** (AOF). Association Amicale Santé Navale et d'Outre-Mer (2010). Disponível em <http://www.asnom.org/>. Acesso em 15 de junho de 2015.

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: o desafio da história regional. Centro de Estudos Afro-Asiáticos**. Universidade Candido Mendes, Brasil. Amsterdam/Brazil, 2000. Disponível em <http://casadasafricanas.org.br>. Acesso em 19 de junho de 2016.

BOP, Codou. Feminização da pobreza no Senegal e dinâmica das relações sociais nas famílias: o caso do subúrbio operário de Dakar. In: **Labrys, estudos feministas**. N. 3, jan/jul2003. Disponível em <http://www.tanianavarroswein.com.br/>. Acesso em 10 de outubro 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Relatorio_CPI_Emigracao_Illegal.pdf >. Acesso em 22 de setembro de 2013.

BRASIL. Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque. **Exportando para o Iraque: estudo comparado 2009**. Disponível em: <http://www.brasiliraq.com.br/cms/arquivos/exportando_para_o_iraque_vf.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE. **Dados Estatísticos**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração. **Relatório final da**

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Relatorio_CPI_Emigracao_Illegal.pdf>. Acesso em: 22 setembro de 2013. Dados Imprensa Oficial.

SENEGAL. **Dados da Imprensa Oficial**. Disponível em <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/senegal/senegal.php>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Dados estatísticos**. Disponível em <http://www.unesco.org/indicadores>. Acesso em 21 de dezembro de 2015.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; ESPIUCA, Rodrigo. Imigrantes Senegaleses, Direitos Humanos e Trabalho: dimensões materiais e concepções acerca da integração no Brasil. In: Alexandre Veronese, José Fernando Vidal De Souza, Veronica Teixeira Marques. (Org.). **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. 1ed. Florianópolis/SC: Conpedi, 2015, v. 1, p. 1-27. Disponível em www.conpedi.org.br. Acesso em 28 de junho de 2016.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; LEYVA, Pedro. A. Imigrantes Senegaleses, Direitos Humanos e Trabalho: dimensões materiais e concepções acerca da integração no Brasil L. Salermo/ Itália. In: **Revista Comparazione e Diritto Civile**, v. 7, p. 40-58, 2015. Disponível em www.comparazionediritto civile.it/prova/files/leyva_imigrantes.pdf. Acesso em 28 de junho de 2016.

Recebido em: 13/02/2016.
Aprovado em: 21/05/2016.